

Flores Celestes (1807):
O livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú

por

Pablo Antonio Iglesias Magalhães¹

Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

O presente artigo investiga as origens de um livrinho misterioso intitulado Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo, de autoria do enigmático poeta bahiense José Cortez Sol Posto, também conhecido como Cigano da Bahia. A investigação demonstra que, sob a capa de poesias piedosas, escondem-se as confissões de um dos mais representativos personagens da História do Brasil no século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: *Bibliografia Brasileira; Conjuração dos Alfaiates; Visconde de Cairú.*

1. UM LIVRO MISTERIOSO

Em Lisboa, no ano de 1807 foi publicado um livrinho in-8.º intitulado *Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesu Christo, Deos e homem verdadeiro Tecidas em cinco ramalhetes em honra, e louvor das cinco preciosissimas chagas de Nosso adoravel e amoroso Redemptor e Salvador*. Por baixo do pé de imprensa está registrado que o livro saiu «Com licença da Meza do Desembargo do Paço». Impresso na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, com 243 páginas, sua folha de rosto estampa a autoria de

¹ Professor de História do Brasil e História da Bahia na UFOB. Este artigo é dedicado às professoras Sara, Ana e Celeste, em razão da aula ministrada em março de 2011.

um certo José Cortez Sol Posto, aparecendo na última folha as iniciais J.C.S.P. Nada se conhece acerca das origens desse livro ou do seu autor.

Quando se inicia uma pesquisa sobre livros portugueses do século XIX, é de bom tom que o *Dicionário* de Innocencio Francisco da Silva seja o primeiro a ser consultado. Ali consta:

JOSÉ CORTEZ SOLPOSTO, natural da cidade da Bahia, de cujas circunstancias pessoais nada pude apurar. – E. 3014) Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo, Deus e homem verdadeiro. Lisboa, na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira 1807. 8.º de 243 pag.– São versos de diferentes especies, que depõem mais a favor dos sentimentos de devoção do auctor, que do seu talento e vêa poetica².

O Innocencio não ajuda muito e limitou-se a emitir apenas uma opinião, errando, inclusive, o sobrenome do autor. Solposto ao invés do correto: Sol Posto. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1827-1903), o ilustre médico baiano autor do *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, seria o bibliógrafo mais indicado para dizer algo sobre um conterrâneo que viveu no seu mesmo século. Poderia ter conhecido os descendentes do Sol Posto, caso ele os tivesse. Ao invés de investigar, Sacramento Blake se limitou a seguir Innocencio afirmando que Sol Posto era «Natural da Bahia, viveu do seculo 18º ao seculo actual, teve commercio com as musas»³. Creio que Blake sequer viu um exemplar do *Flores Celestes*. Rubens Borba de Moraes nada acrescentou de relevante⁴.

Penso que um dos motivos do referido livro também ter passado despercebido pelos historiadores da literatura luso-brasileira foi a suma raridade dos exemplares do *Flores Celestes*. Dono de um exemplar «bichado», José Carlos Rodrigues afirmou, acertadamente, que o mesmo era «Raríssimo»⁵. Poucos exemplares restam em bibliotecas públicas ou coleções particulares, somando pouco mais de uma dezena.

A raridade, entretanto, não é a única característica desse livro. Num catálogo de livros que o tipógrafo Manuel Antonio da Silva Serva mandou imprimir em 1811, na Impressão Régia do Rio de Janeiro, o *Flores Celestes* aparece anunciado com a autoria de «hum Cigano da Bahia»⁶. Além disso, a Tipografia do Silva Serva teria impresso na Bahia a segunda edição do *Flores Celestes*

² Francisco da Silva, 1860, vol. 4: 298.

³ Sacramento Blake, 1898, vol. 4: 393.

⁴ Moraes, 1983, vol. 2: 819.

⁵ Rodrigues, 1907, entrada 2268.

⁶ Silva Serva, 1811: 4.

em 1812, mas nenhum exemplar foi localizado em bibliotecas públicas ou particulares. Renato Berbert de Castro, apesar de indicá-lo no seu catálogo, chegou a duvidar da existência de uma edição baiana desse livro de poesias⁷. A única fonte de Berbert de Castro foi uma lista de livros que Serva publicou, anunciada na *Idade d'Ouro do Brazil*.

Há, contudo, um indício de que, apesar das dúvidas de Berbert de Castro, o livro foi realmente impresso na Bahia em 1812, conforme noticiado na *Idade d'Ouro do Brazil*⁸. Esse exemplar impresso na Bahia aparece anunciado, também, com algumas alterações no título, na edição de 28 de agosto da *Idade d'Ouro*:

Flores celestes, colhidas entre os espinhos da sagrada corôa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos J. C. Deos e homem verdadeiro Tecidas em cinco ramalhetes, em honra, e louvor das cinco preciosissimas chagas de Nosso adoravel e amoroso Redemptor e Salvador, onde se acha huma excellente confissão geral, pelo mesmo Author⁹.

Seus exemplares foram, inclusive, enviados para Portugal. Um conjunto de obras impressas por Silva Serva entre 1811 e 1812 foi remetido para venda em Lisboa, na loja de Antonio Manoel Policarpo da Silva. Em meio às obras econômicas de Cairú, também impressas por Silva Serva, estavam os exemplares bahienses do *Flores Celestes*¹⁰.

Não restam dúvidas de que todos os sete livros à venda por Policarpo da Silva e anunciados pela Gazeta de Lisboa, em 1813, saíram dos prelos da Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva. Além disso, não teria sido a única obra poética de Sol Posto impressa na Bahia, visto que publicou, também pela Silva Serva, o folheto *Affectos de amor fino de hum peccador convertido a Jesus*. Berbert de Castro se equivocou na transcrição desse título, denominando-o de «*Affectos de amor fixo*». Esse foi o panfleto que mais vendeu nos dois

⁷ Berbert de Castro, 1968: 88.

⁸ *Idade d'Ouro do Brazil*, edição 29 de 10 de abril de 1812.

⁹ *Ibidem*, edição 69 de 28 de agosto de 1812.

¹⁰ *Gazeta de Lisboa*, 225, sábado, 25 de setembro de 1813: 7. As obras anunciadas para venda, todas as seis saídas dos prelos da Silva e Serva, são: Azevedo, Antonio Xavier Ferreira de, *Palafox em Saragoça, ou a batalha de 10 de agosto do anno de 1808. Drama em tres actos*, Na Typographya de Manoel Antonio da Silva Serva, 1812. Castro, José Soares de, *Elementos de osteologia pratica*, Typografia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1812. *Observações sobre a franqueza da industria e estabelecimento de fabricas no Brazil*, José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú, Salvador, Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811, 55 pp. *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberaes principios da nova legislação do Brazil*, José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú, Publicação Salvador, Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811.

primeiros anos de funcionamento daquela tipografia. Infelizmente, também não foi localizado qualquer exemplar do *Affectos*. Sabemos que houve três impressões daquele livreto porque foi noticiado na Idade de Ouro do Brasil. Restam-nos os exemplares da edição do *Flores Celestes* impressos em Lisboa, onde é possível encontrar alguns dados acerca de José Cortez Sol Posto.

O livro foi dividido em Cinco Ramalhetes, mas, curiosamente, nenhum exemplar que consultei possui os cinco completos. Em todos os exemplares existem apenas os ramalhetes segundo, terceiro, quarto e quinto¹¹. Em nenhum consta o Ramalhete Primeiro. Talvez o *Affectos* seja o ramalhete primeiro que terminou sendo impresso separadamente do *Flores Celestes*.

Restam-nos, então, os quatro ramalhetes impressos em Lisboa, sendo que cada um deles foi dedicado a uma pessoa de destaque que viveu na Bahia entre os séculos XVIII e XIX. O segundo ramalhete, Sentimento d'hum peccador contrito à Paixão do Redemptor Nosso Senhor Jesu Christo, foi dedicado a Frei Bento da Trindade. O terceiro foi dedicado ao Arcebispo D. Fr. Antonio Correa, que faleceu em Salvador no dia 12 de julho de 1802¹². O quarto foi dedicado ao Desembargador e Intendente do Ouro, Dr. Felipe José de Faria, que também era Presidente da Mesa de Inspeção da Bahia. O quinto foi dedicado ao deão Manoel de Almeida Maciel. Natural da Bahia, Maciel foi Cônego, Mestre Escola, Governador Interino do Arcebispado e, por fim, Deão da Sé da Bahia.

Esses quatro indivíduos, a quem os ramalhetes foram dedicados, pelo menos uma vez, reuniram-se num mesmo local. No dia 24 de novembro de 1793 todos os quatro se dirigiram à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, no bairro do Comércio. A Mesa de Inspeção da Bahia, com o seu presidente, o Desembargador Filipe José de Faria, junto com a Corporação de Negociantes dela, convocou uma sessão extraordinária «querendo mostrar-se sensíveis às Benções do Ceo sobre a Monarquia Portuguesa, dando huma

¹¹ Não há muitos exemplares disponíveis. Na Biblioteca Nacional do Rio Janeiro existem dois exemplares, sendo um restaurado. Na Biblioteca Nacional de Portugal também há dois, sendo um sem a folha de título. O exemplar que pertenceu a Berbert de Castro está, atualmente, na Fundação Clemente Mariani. Agradeço a Cristina Antunes por examinar, a meu pedido, o exemplar de José Mindlin, hoje na Biblioteca Brasileira. Há um exemplar na John Carter Brown Library e outro no Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, que pertenceu a Frederico Edeweiss. O livreiro Richard Rammer, de Nova Iorque, disponibiliza, em 2013, um exemplar por \$ 3600,00. Por fim, existe um exemplar na coleção do autor, adquirido num alfarrabista do Porto, que, como todos os outros, não contém o Ramalhete Primeiro.

¹² *Officio do cabido da Sé da Bahia para o Visconde de Anadia, em que lhe participa o fallecimento do Arcebispo D. Fr. Antonio Correa*, Salvador, 14 de julho de 1802, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (AHU), Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania da Bahia (Bahia), Catálogo Eduardo Castro de Almeida, doc. 23.736.

plausível prova do seu jubilo pelo faustíssimo nascimento da Sereníssima Princesa da Beira»¹³. Estavam presentes o Arcebispo D. Fr. Antonio Correa e o Deão Manuel de Almeida Maciel, que realizou a missa. Naquela ocasião, Fr. Bento da Trindade proferiu um sermão, publicado em Lisboa no ano seguinte. Os professores da Bahia também estavam presentes naquela ocasião¹⁴.

A relação desses quatro indivíduos com o autor do *Flores Celestes* nos fornece os indícios para começar a investigar quem foi o misterioso José Cortez Sol Posto. O método ou paradigma indiciário é um procedimento de investigação cuja essência está na observação do pormenor revelador, na indução mais do que na dedução, possibilitando a interpretação centrada sobre particularidades ou dados marginais, que podem ser considerados reveladores¹⁵.

2. A AUTORIA

José Cortez Sol Posto apresentou, ao longo do *Flores Celestes*, apontamentos biográficos concretos. Pistas da sua identidade. O autor, quando começou a escrever os poemas, aproximava-se dos 50 anos de idade, conforme revela na décima quinta estrofe do Terceiro Ramalhete:

XV

Nunca a lembrança do Inferno
Fez esta alma estremecer,
Nem meu coração tremer
O vosso poder eterno:
Mas sempre do stygio Averno
Sorvendo as lobregas fezes
Quasi, oh Deus! seiscentos mezes
Por palavras, pensamentos,
Por obras a milhar centos,
Pequei, não tem conto as vezes¹⁶.

No Quinto Ramalhete, contudo, o autor já completara seiscentos meses ou 50 anos:

LIII

Jurei por varios modos muitas vezes
Mentiras falsidades, e quimeras,
E como assim passei seiscentos mezes

¹³ Almeida, 1966: 217-218.

¹⁴ Trindade, 1794: 1-15.

¹⁵ Ginzburg, 2003: 150.

¹⁶ Sol Posto, 1807: 49.

Té ao tempo premente destas eras,
Só poderá contar minha maldade
O Ceo, o justo Ceo, he bem verdade¹⁷.

O *Flores Celestes* foi impresso em meados de 1807, certamente antes dos tumultos políticos que varreram Portugal nos últimos meses daquele ano. É possível que seu autor tenha escrito os poemas, pelo menos, um ano antes, em 1806. Então é presumível que ele tenha completado 50 anos em meados de 1806, mas certamente isso ocorreu entre a redação dos Ramalhetes Terceiro e Quinto.

O autor do *Flores Celestes* revela que assistiu ao incêndio que destruiu a Igreja da Ordem Terceira do Carmo em 1788. Entre as páginas 179 e 185 foi editado um poema dedicado *Ao Sagrado Templo da Veneravel Esclarecida Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade da Bahia, deplorado pelo incendio de sexta feira Santa, depois da meia noite antecedente, a 21 de março de 1788*. Ao descrever o pânico e a comoção gerados pelo incêndio, o autor coloca-se como testemunha ocular:

I

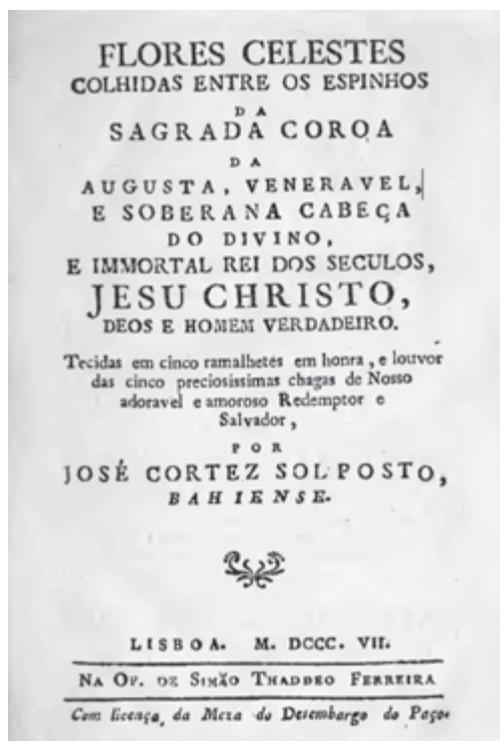
Contra os mortaes o justo Ceo irado,
A Terra pavorosa em alvoroço,
O Fogo crepitante, e acelerado,
Para os olhos, que virão o destroço,
E desordem da Ordem Carmelita,
Que assombro! pasmo! horror! que scena afflicta!¹⁸

No mais, o autor parecia estar às portas da morte. No Ramalhete Terceiro refere-se a si mesmo como «moribundo, e arrependido». A proximidade da morte deve tê-lo motivado a escrever um livro de poemas piedosos e as confissões comprometedoras devem ter sido escritas em razão do autor acreditar que não viveria por muito tempo.

Quem seria o autor do *Flores Celestes*? Pesquisando os arquivos baianos, não encontramos qualquer referência a algum José Cortez Sol Posto. Foram vasculhados os arquivos notariais, judiciários e nem um indício surgiu. Seu nome nunca tramitou pelo Conselho Ultramarino e não consta em documentos do Arquivo Municipal. Nenhum autor contemporâneo o referencia ou menciona. Não aparece em nenhuma lista de subscritores de obras publicadas àquela época. Nem mesmo havia uma família com o sobrenome Sol Posto na Bahia em fins do século XVIII. José Cortez Sol Posto seria, então, um pseudônimo!?

¹⁷ *Ibidem*: 157.

¹⁸ *Ibidem*: 180.



Sendo este o caso, quem seria o verdadeiro autor do *Flores Celestes*? Qual o significado do livro? Duas perguntas e poucos indícios. Mas há indícios e é necessário examiná-los para, primeiro, resolver a questão que envolve a autoria do *Flores Celestes*.

Começemos pelo prenome «José». Duas passagens do *Flores Celestes* sugerem que, *de facto*, esse era o seu verdadeiro nome de batismo. Primeiro ele afirma: «Eu, vil José»; em outra ocasião revela: «O Grande Santo José Patrono que é»¹⁹.

O sobrenome «Cortez», por outro lado, parece ser parte de um anagrama. Cortez, ou Corte, pode ser lido como uma referência implícita à sede da monarquia de Portugal: Lisboa.

Partindo desse anagrama e das informações positivas apresentadas ao longo dos poemas, podemos reunir os elementos que revelam a possível identidade de José Cortez Sol Posto. 1– circulava no meio literário da época; 2– Com-

¹⁹ *Ibidem*: 67 e 72.

pletou 50 anos enquanto redigiu os poemas, por volta de 1806; 3– era ba-hiense; 4– assistiu ao incêndio da Igreja da Ordem Terceira do Carmo em 1788; 5– seu prenome era, decerto, José; 6– seu sobrenome faz referência à capital portuguesa.

Após investigar os principais escritores bahienses do período, o único nome que se enquadra todos os elementos do conjunto acima é o de José da Silva Lisboa, que anos depois receberia o título de Visconde de Cairú. Examinemos os pontos acima.

Primeiro, José da Silva Lisboa circulava nos meios literários desde fins do século XVIII, visto que publicara o *Direito Mercantil e leis de marinha*, cujos dois primeiros tomos foram publicados na Impressão Régia em 1798. Foram reeditados, em 1801, em sete tomos; esta publicação inaugurou sua carreira de publicista, transformando-o, segundo a definição de Rubens Borba de Moraes, num «escrevinhador pertinaz». Silva Lisboa publicara, ainda, os seus *Princípios de Economia Política* (1804), o primeiro livro em língua portuguesa que veiculou os ideais da economia política clássica. Ainda no Reino, teve parte de sua obra impressa por frei José Mariano da Conceição Velloso, na Tipografia do Arco Cego. Aliás, o impressor Simão Thaddeo Ferreira, o mesmo do *Flores Celestes*, foi responsável por imprimir os primeiros livros de Silva Lisboa, pois administrou a Impressão Régia até 1803²⁰.

O contato de José da Silva Lisboa com os principais impressores de sua época também se estendeu à América portuguesa, após a liberação da imprensa na colônia. Era uma das figuras mais influentes, senão a mais, da Impressão Régia do Rio de Janeiro. Há indícios de que José da Silva Lisboa e Manoel Antonio da Silva Serva se conheceram. A Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva imprimiu duas obras econômicas de sua autoria em fins de 1811 e princípios de 1812. Nesse mesmo ano, o tipógrafo requereu, por meio Real Junta de Comércio, no Rio de Janeiro, um empréstimo ao governo. O requerimento tramitou entre 1812 e 1813 e um dos signatários para a concessão foi José da Silva Lisboa²¹. O filho mais velho de Cairú, Bento da Silva Lisboa, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, teria publicado na Silva Serva o *Compendio da Obra de Adão Smith a Riqueza das Nações*, no mesmo período em que foram impressos o *Affectos* e o *Flores Celestes*, mas não se conhece nenhum exemplar daquela obra²².

Em segundo lugar, José da Silva Lisboa fez exatamente 50 anos no dia 16 de julho de 1806, pois nasceu a 16 de julho de 1756, filho de Henrique

²⁰ *Attendendo ao que por seu requerimento*, 1803: 1.

²¹ Ipanema, 1977: 55 e 65.

²² *Idade d'Ouro do Brazil*, edição 29 de 10 de abril de 1812.

da Silva Lisboa, um arquiteto lisboeta, e Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Além de ter mencionado os «seiscentos meses», o autor confirma sua idade em outra estrofe do Ramalhete Quinto:

LXXXIV

Cincoenta annos, hum só de seus momentos,
Confesso, que n'hum lobrego lethargo,
Assenso nunca dei aos Mandamentos,
Assim como quem dorme a somno largo;
Mas ja do Ceo, que tanto me ha bradado,
Estou as suas vozes acordado²³.

Acerca do terceiro ponto, não restam dúvidas de que Silva Lisboa nasceu na cidade do Salvador, ou como ele mesmo intitulou, numa oração manuscrita dirigida à Rainha D. Maria em 1786, «Soteropoli Brasiliensi»²⁴.

No que toca ao quarto ponto, José da Silva Lisboa estava em Salvador no ano de 1788, quando a Igreja da Ordem do Carmo queimou. Foi naquele mesmo ano que ocupou a cadeira régia de gramática latina. Aliás, a Virgem do Carmelo e a própria Ordem de Nossa Senhora do Carmo ligavam-se à história de José da Silva Lisboa. Segundo informação de José da Silva Lisboa, seu neto homônimo, que ainda vivia em 1881, Cairú era devoto da Virgem do Carmelo «aos pés de cujo altar foi sepultado no Rio, no Convento do Carmo»²⁵. Ainda segundo seu neto, o Visconde de Cairú na velhice desejou regressar para a Bahia e ser sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo da sua terra natal. Passou despercebido por todos os seus biógrafos, mas Cairú nasceu a 16 de julho, ou seja, o mesmo dia em que a Igreja Católica celebra a festa de Nossa Senhora do Carmo e a data do seu nascimento deve guardar a origem da sua devoção.

Sua ligação com Nossa Senhora do Carmo iria, contudo, além da devoção católica. No convento dos carmelitas em Salvador estudou, desde os oito anos, filosofia, música e piano. Por sua particular devoção e por sua formação inicial, ainda na juventude, a visão do incêndio na Igreja da Ordem Terceira dedicada à sua padroeira deve tê-lo motivado a escrever o poema em memória do trágico episódio.

O autor do *Flores Celestes* afirmara estar moribundo na medida em que redigia os poemas. Nesse ponto há uma contradição, pois José da Silva Lis-

²³ Sol Posto, 1807: 168.

²⁴ *In Laudem Augustissimae Reginae Nostrae Mariae I, pro solemnibus natalis diei celebratione oratio publice habita XIV kalendas Januarii anni MDCCLXXXVI Soteropoli Brasiliensi in Regali studiorum Collegio*, AHU, Bahia, Eduardo de Almeida Castro, doc. 12.108.

²⁵ Dutra, 1943: 8 e 20.

boa viveu até 1835, chegando aos 79 anos. O próprio Visconde de Cairú, não obstante, revelaria, décadas depois, a resposta para essa questão. Sua saúde, aparentemente, não era das melhores. Em 1802, pediu licença ao Conselho Ultramarino para ir ao Reino continuar a impressão de suas obras e visitar novamente as Caldas, «pela molestia que padece de estomago e cabeça»²⁶. Seus problemas de saúde, não obstante, agravaram-se. Nas atas da Assembléia Constituinte, em referência ao ano de 1808, afirmou que «estranhei o clima (do Rio de Janeiro) e tive uma moléstia mortal, em que estive a descer à sepultura, abandonado pelos médicos. Mas graças ao céu, não só ressurgi, estando antes tuberculoso, mas até adquiri novo vigor»²⁷. Antes de acompanhar D. João VI ao Rio de Janeiro, Silva Lisboa contraiu tuberculose. Os médicos o desengañaram e, segundo ele próprio, sua recuperação deve-se antes à Providência do que à medicina da sua época.

Por fim, José Cortez pode ser lido como um anagrama para Jozé da Silva Lisboa. Sabe-se que Cairú assinava o seu prenome com «z» e não com «s». Retirando a última letra de «Cortez» e substituindo-a pelo «s» temos o seguinte anagrama «Jozé S. Corte», ou «Jozé da Silva Lisboa». Esse anagrama, ironicamente, perdeu sentido no mesmo ano em que o livro foi publicado, visto que a Corte foi transferida para a América portuguesa em fins de 1807. Tanto que, antes mesmo da segunda edição ser publicada por Manoel Antonio da Silva Serva, o livro reaparece no seu Catálogo de 1811 sem referência ao Sol Posto, mas ao «Cigano da Bahia».

Apesar de não encontrar nenhum exemplar do *Flores Celestes* impresso na Bahia, a transferência da Corte explicaria os motivos do seu autor modificar o anagrama de José Cortez Sol Posto para o pseudônimo de Cigano da Bahia. Cigano, segundo o lexicógrafo Antonio de Moraes Silva, amigo de Silva Lisboa, era um adjetivo para definir a pessoa «que engana com arte, subtileza, e bons modos»²⁸. E foi isso que «Sol Posto» fez no título de seu livro: enganou com sutileza. Além disso, cigano caracteriza um indivíduo que não se fixa muito tempo a um único lugar. José da Silva Lisboa foi enviado aos 18 anos para a capital de Portugal onde completou seus estudos com o renomado gramático Pedro José da Fonseca. Logo depois ingressou na Universidade de Coimbra para frequentar cursos jurídicos e filosóficos. Passados quatro anos, em 1778, a Universidade reconheceu sua proficiência em hebraico

²⁶ *Requerimento do deputado e secretário da Mesa de Inspeção da Bahia, José da Silva Lisboa ao príncipe solicitando licença para ir à Corte. Salvador, 1802, AHU, Bahia, Avulsos da Bahia, caixa 225, doc. 15.590.*

²⁷ *Diário*, 1973, vol. 3: 323.

²⁸ Silva, 1813, vol. 1: 396.

e grego e concedeu-lhe a condição de professor substituto destas línguas; um ano depois, obteve, na mesma instituição, o bacharelado em direito canônico e filosofia. Foi nomeado professor de filosofia racional e moral, para a cidade de Salvador, cuja cadeira assumiu (1780) e foi titular nos 17 anos seguintes, sendo jubilado (1797) a seu próprio pedido.

Novamente em Portugal, foi designado secretário da Mesa de Inspeção Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia (1797-1808), organismo que regulamentava os preços dos produtos agrícolas, o que lhe permitiu conhecer melhor os problemas econômicos da colônia. Voltaria a Lisboa ainda em 1802. Após a vinda da família real portuguesa para o Brasil foi nomeado membro da Mesa do Desembargo do Paço, tornando-se censor da Impressão Régia do Rio de Janeiro a 24 de junho de 1808. Cigano da Bahia seria o primeiro pseudônimo de José da Silva Lisboa.

José da Silva Lisboa estabeleceu ligações com os quatro indivíduos a quem os ramalhetes do *Flores Celestes* foram dedicados. O primeiro, fr. Bento da Trindade, nascido na Bahia em 1762, também estudara em Coimbra, onde se doutorou em teologia. Entre 1802 e 1808 dirigiu o Seminário de Olinda, seguindo para o Rio de Janeiro onde se tornou Pregador Régio. Quatro sermões tiveram prelo na Impressão Regia do Rio de Janeiro, sendo que pelo menos um teve as licenças de publicação concedidas pela Mesa do Desembargo do Paço, ou seja, pelo censor José da Silva Lisboa.

O segundo Ramalhete foi dedicado ao Arcebispo D. Fr. Antonio Correa. Por informação do Chanceler da Relação da Bahia, sabe-se que José da Silva Lisboa costumava realizar anualmente, nos atos públicos, demonstrações dos seus discípulos «perante as pessoas Doutas, e Religiozas desta mesma cidade (que) tem dado bastantemente a Conhecer o grande proveito que lhes Rezutta das Lições de hum semelhante Professor».

É de notar que os indivíduos a quem foram dedicados os dois últimos ramalhetes foram predecessores imediatos nos cargos que José da Silva Lisboa ocupou até 1807. O quarto Ramalhete foi dedicado ao Presidente da Mesa de Inspeção da Bahia, Felipe José de Faria, que viveu na Bahia entre 1784 e meados de 1796²⁹. No ano seguinte, José da Silva Lisboa, na condição de letrado, foi nomeado Secretário da Mesa. Segundo Tereza Kirschner:

²⁹ *Offício do Governador D. Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, no qual participa que, tendo partido para Lisboa o desembargador José da Rocha Dantas e Mendonça, Intendente Geral do Ouro, nomeara para este lugar o desembargador Felipe José de Faria, Bahia, 2 de julho de 1784, AHU, Bahia, Catálogo Eduardo Castro, doc. 11.631. Carta da rainha de Portugal para D. Fernando de Portugal, governador e capitão-general da capitania da Bahia, comunicando que foi servida dispensar o desembargador Felipe José de Faria da serventia útil de intendente do Ouro, na Relação da Bahia, por haver cessado os*

Um novo cargo de deputado foi criado especialmente para ele. Até então, com exceção de um desembargador que exercia cumulativamente a presidência da Mesa e a Intendência Geral do Ouro [Felippe José de Faria], os demais deputados eram representantes do comércio e da agricultura. A presença de mais um deputado letrado, funcionário da Coroa, revela a intenção do governo de exercer maior controle sobre o comércio da capitania³⁰.

O quinto Ramalhete foi dedicado a Manoel de Almeida Maciel que, para além da carreira eclesiástica na Sé da Bahia, ocupou o cargo de Professor Régio de Filosofia Racional³¹. Figurava entre os principais intelectuais da Bahia e proferiu a oração que celebrou o estabelecimento das cadeiras de ensino régio pelo Governador D. Fernando José de Portugal³². Além dessa oração, deixou impresso um dos seus sermões, em louvor da monarquia portuguesa, pregados na Sé da Bahia³³. Quando, porém, o mesmo foi provido por D. Maria I no cargo de deão da Sé, não pôde conciliar a docência com a investidura.

Assim, a 29 de novembro de 1782, José da Silva Lisboa foi nomeado para o cargo Professor Régio de Filosofia Racional e Moral que «se acha vago por estar provido no emprego de deão da metrópole da dita cidade Manoel de Almeida Maciel»³⁴. Manoel de Almeida Maciel faleceu na sua terra natal a 17 de agosto de 1815³⁵, mas foi a sua promoção em 1782 que possibilitou a consolidação da carreira docente de José da Silva Lisboa.

Restam duas questões: o significado de Sol Posto e o fato dele se denominar, abaixo de cada Ramalhete, «SOCIO BAHIENSE». Aliás, sócio do quê? Decerto, seria de alguma agremiação literária ou científica portuguesa, visto que em 1807 não havia no Brasil qualquer associação deste tipo, desconsiderando que houvesse alguma clandestina. Uma Sociedade Bahiense dos Homens de Letras teve seus estatutos escritos por Luís Antônio de Oliveira Mendes apenas em 1810, três anos depois da publicação do *Flores Celestes*.

motivos para sua conservação, Palácio de Queluz, 28 de setembro de 1795, Arquivo Publico do Estado da Bahia, Seção Colonial/Provincial, Cartas Régias, vol. 80, doc. 65.

³⁰ Kischner, 2009: 78 e 86.

³¹ *Atestado do Deão Manuel de Almeida Maciel, Professor Régio*, Bahia, 11 de julho de 1784, AHU, Bahia, Catálogo Eduardo Castro, doc. 29.510 (anexo ao 29.500). *Atestado de residencia de Manuel Joaquim dos Santos e atestado da sua frequencia no curso de philosophia racional, passados respectivamente pelo vigario José de Sousa Pereira e pelo professor Manuel de Almeida Maciel*, Bahia, 20 de março de 1801, AHU, Bahia, Catálogo Eduardo Castro, doc. 24.686 (anexo ao 24.678).

³² Maciel, 1775: 1-10.

³³ Maciel, 1777: 1.

³⁴ AHU, Bahia, Avulsos, caixa 204, anexo ao documento 14.637.

³⁵ Costa e Silva, 2000: 450.

Ademais, não há sentido em denominar-se «SOCIO BAHIENSE» de alguma agremiação como sede na capitania da Bahia, onde a maior parte seria de naturais da terra. Por essa razão, e pela falta de alternativas, o autor do *Flores Celestes* deveria ser associado a algum grupo intelectual estabelecido em Portugal.

A primeira instituição a ser considerada, então, é a Real Academia de Ciências de Lisboa, que possuía, entre seus quadros, diversos intelectuais bahienses, tal como o sócio efetivo Alexandre Rodrigues Ferreira, formado em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Havia também os sócios correspondentes José Lino Coutinho, formado na Universidade de Coimbra e Lente de Medicina da Bahia.

A filiação de José da Silva Lisboa no quadro de correspondentes da Real Academia de Ciências é uma questão incerta. Sabe-se que seu irmão, Baltazar da Silva Lisboa, autor de obras fisiocratas, era sócio correspondente daquela instituição; Sabe-se também que José da Silva Lisboa desde meados de 1780 correspondia-se frequentemente com as principais figuras da Real Academia, como Domenico Vandelli. Tereza Cristina Kirschner acena a possibilidade de ele ter sido sócio correspondente, apesar da lista com os nomes destes terem sido publicadas somente a partir de 1815³⁶.

Os terceiro e quarto sobrenomes, «Sol Posto» é passível de duas interpretações. Primeiro, aponta para o significado de Sol Posto enquanto um signo de mudança. O próprio José da Silva Lisboa assinalou o ocaso do Sol como um símbolo (ou tempo) de transição na história das civilizações e na vida dos homens. Em 1804, três anos antes do *Flores Celestes*, José da Silva Lisboa afirmou que «A Historia attesta que o curso da prosperidade humana não he de longo periodo, e tem, como o Sol, seu Oriente, Zenith, e occaso; de sorte que depois de certo tempo, faz-se preciso recomeçar a carreira»³⁷. «Sol Ocaso» deriva da expressão latina «Solis Occasum», também pode ser traduzida como «Sol Posto».

A segunda, e mais controversa interpretação, que não exclui a primeira, pode indicar a função que o autor ocupava ou ocupou nos quadros da maçonaria na Bahia, visto que o «Sol Posto» ou «Sol Poente» é parte dos ritos e da simbologia das lojas maçônicas. Para entender esta afirmação é necessário uma leitura dos símbolos maçônicos representados pelo compasso e o esquadro. O esquadro com as pontas voltadas para cima indica o céu, para onde deve o iniciado maçom dirigir constantemente as suas duas hastes; o compasso com as pontas voltadas para baixo e o seu eixo, representa os raios que devem

³⁶ Kirschner, 2009: 56.

³⁷ Silva Lisboa, 1804: 3.

irradiar superiormente, tal como o disco solar. No Templo maçônico, o Sol está representado nas pessoas do Grão Mestre (sol nascente), 1º Vigilante (sol poente) e o 2º Vigilante (sol meridiano)³⁸.

Em volta do Altar dos Juramentos colocado no centro do Templo e delimitando o Pavimento Mosaico, esta porção do Templo onde não se pode penetrar por ser considerado consagrado, há três velas postas sobre altos candelabros. Tais candelabros têm recebido várias interpretações, inclusive a de que correspondem ao Sol Levante, ao Sol do meio-dia e ao Sol Poente, representados também nos três Oficiais principais da Loja: Grão Mestre, o 1º Vigilante (sol poente) e o 2º Vigilante (sol meridiano). Durante os ritos ocorre o seguinte diálogo:

Venerável: Onde tem assento o Irmão Primeiro Vigilante?

Segundo Vigilante: No ocidente, Venerável Mestre.

Venerável: para que ocupais este lugar, Irmão Primeiro Vigilante?

Primeiro Vigilante: Assim como o sol se ocupa no ocidente, para terminar o dia, assim aqui, tenho assento para fechar a Loja, pagar os Obreiros e despedi-los contentes e satisfeitos³⁹.

Nesse caso, o sobrenome Sol Posto seria um indício de que José da Silva Lisboa era uma das principais figuras dos círculos maçônicos que ganhavam mais expressão no Brasil do século XVIII. Em relação à capitania da Bahia, há suspeitas de que as primeiras lojas maçônicas estavam envolvidas nas principais agitações políticas daquele período.

Os ramalhetes do *Flores Celeste*, somados a esse conjunto de indícios, permite afirmar que esse livro assinalou o momento de transformação na vida do seu autor. As luzes da razão deram lugar à luz da fé. É possível perceber, também, essa transformação na vida de José da Silva Lisboa, que, de suspeito de envolvimento com conspiradores, tornou-se ferrenho defensor do Trono e do Altar.

³⁸ Figueiredo, s/d: 483.

³⁹ Figueiredo, s/d: 137. Garibald, 2007: 26. O Sol Posto liga-se também a outro símbolo maçônico, conhecido como a Escada de Jacó, que aparece em Gênesis 28:11-22: «E chegou a um lugar onde passou a noite, porque já o sol era posto; e tomou uma das pedras daquele lugar, e a pôs por sua cabeceira, e deitou-se naquele lugar. E sonhou: e eis era posta na terra uma escada cujo topo tocava nos céus; e eis que os anjos de Deus subiam e desciam por ela». Na maçonaria, a escada mística vista por Jacó simboliza o ciclo involutivo e evolutivo da vida, em seu perpétuo fluxo e refluxo. Segundo as tradições maçônicas, a escada com esse significado consta de quatorze degraus, tantos quantos são virtudes necessárias ao aperfeiçoamento de cada indivíduo. As três mais importantes são a Fé, a Esperança e a Caridade, ali simbolizadas pela Cruz, a Âncora e o Cálice.

3. JOSÉ DA SILVA LISBOA E A CONJURAÇÃO DOS ALFAIATES

Considerando José da Silva Lisboa como o autor do *Flores Celestes*, é necessária uma leitura polissêmica desse livro. Numa estrofe do Ramalhete Quinto, o poeta revela que:

LXXX

Chegou a tanto minha crueldade,
Que contra, o Rei humano, que me destes,
Mil Vezes, conspirarei co' a má vontade,
Como Philopator, com Ervegestes:
Confesso meu horror, ó Deos Clemente!
Pequei, Senhor, pequei louco, imprudente⁴⁰.

Uma conspiração contra o Rei humano significa uma conspiração contra a monarquia portuguesa. Teria José da Silva Lisboa participado de alguma Conspiração? Desde 1922, os historiadores da Conjuração dos Alfaiates discutem a possibilidade de José da Silva Lisboa ter participado da conspiração que teve lugar na Bahia em 1798. Luís Henrique Dias Tavares afirmou, contudo, que «nada justifica a inclusão ou lembrança de inclusão (de José da Silva Lisboa) entre os inspiradores ou participantes do movimento de 1798»⁴¹.

Uma releitura de documentos já conhecidos e a análise de outros manuscritos lançam novas luzes sobre essa questão. Há indícios que ligam José da Silva Lisboa e seus parentes próximos aos envolvidos na sedição tentada na Bahia em 1798 e, portanto, ao círculo das sociedades iniciáticas bahienses daquele período. É necessário, entretanto, resumir a história da Conjuração dos Alfaiates.

Em junho de 1798, o Governador D. Fernando José de Portugal foi surpreendido por uma carta do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho datada de 2 de março, na qual remeteu «huma denuncia de varias pessoas que parecem infectas de principios Jacobinos». D. Rodrigo ordenou ao Governador da Bahia «que tomando conhecimento do facto e achando-o verdadeiro, proceda contra elas com a maior severidade»⁴². Ainda em junho, o Governador respondeu ao Ministro que «não tem sido constantes aquelles factos que em confuso se apontão na denuncia, sem se declararem os nomes das pessoas

⁴⁰ Sol Posto, 1807: 166.

⁴¹ Dias Tavares, 2003: 74.

⁴² *Officio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere a uma denuncia em que se accusavam certas pessoas de serem jacobinas*, Bahia, 17 de junho de 1798, AHU, Bahia, Catálogo Eduardo Castro de Almeida, doc. 18.360.

que os obrarão». D. Rodrigo havia (propositadamente) suprimido o nome dos suspeitos de conspiração. O Governador afirmou que «por cautella tenho chamado algumas vezes á minha presença hum ou outro mancebo, só por me dizerem que pensa com mais liberdade ou com menos instrucção nos verdadeiros principios da religião».

D. Fernando José demonstrava alguma preocupação «com correios da Europa e gazetas inglezas, que não são prohibidos (...) mas nem por isso se tem aqui introduzido principios jacobinos, nem especie de sociedade ou ajuntamentos perniciosos». O Governador encerrou seu officio afirmando «o desejo que tenho de não dar corpo á cousas, emquanto ellas o não merecem»⁴³. Ingenuidade ou envolvimento com o movimento que estava sendo planejado?

A Conspiração dos Alfaiates veio à tona a 12 de agosto de 1798, na ocasião em que integrantes se precipitaram, distribuindo os panfletos sediciosos nas portas das igrejas da cidade. Alertadas, as autoridades reagiram, detendo o escrivão Domingos da Silva Lisboa, que foi interrogado e delatou os demais envolvidos. O processo contra os conspiradores estendeu-se por quase dois anos, ficando, diferente da Inconfidência Mineira, sob a alçada do Tribunal da Relação da Bahia. Estavam envolvidos na Conspiração: João de Deus, alfaiate, pardo livre, cabo da esquadra do segundo regimento de milícias; Luiz Gonzaga das Virgens, pardo livre, neto de português e de uma escrava; Manoel Faustino do Santos Lira, pardo forro, alfaiate; Lucas Dantas d'Amorin, soldado pardo; Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, tenente do 2º regimento da tropa militar paga; o tenente Oliveira Borges; Cipriano Barata, cirurgião e proprietário de lavouras de canas, bacharel em filosofia pela Universidade de Coimbra que possuía uma biblioteca considerável, com livros de filosofia, medicina e ciências naturais; José Raimundo Barata, irmão deste, também foi arrolado no processo. Também aparecem os nomes de Francisco Moniz Barreto de Aragão, professor régio de gramática latina e membro uma família influente no Recôncavo; do Padre Francisco Agostinho Gomes, rico comerciante, e do Cônego Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, que foi afastado das discussões após as pressões do Governador da Bahia D. Fernando José de Portugal e Castro, aliás, na medida em que se encarregou de proteger e livrar de qualquer acusação os súditos ricos, tratou de colocar toda a culpa na «classe de homens pardos»⁴⁴.

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ *Officio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere a uma conspiração que abortara e ás medidas que tomara para punir seus autores*, Bahia, 4 de abril de 1799, AHU, Bahia, Eduardo Castro de Almeida, doc. 19.326.

Mesmo que o *Flores Celestes* seja atribuído ao visconde de Cairú, não há provas de que José da Silva Lisboa estivesse envolvido na Conspiração dos Alfaiates. Há, não obstante, muitos indícios. O mais contundente é um controverso bilhete publicado em 1922 por Francisco Borges de Barros, assinado por alguém que se chamava «Silva Lisboa», que de ilha de Maré, escrevera para Cipriano Barata alertando para que:

Não deixe de aclamar logo o chefe da republica bahiana. No estado em que se acha Portugal devemos aproveitar a ocasião para proclamar a independencia da Capitania. Já deve estar na barra hua esquadra franceza que vem ao nosso auxilio, e deve estar avisado o professor do Rio de Contas, que traz a expedição de 1.000 homens. Ninguém há de lhe dizer a verdade como eu, nem interessar-se tanto pelo bem público. Já o José Pires Albuquerque lhe deve ter comunicado a resolução dos nossos amigos do Recôncavo. Tenha cuidado com Frei José e Frei Francisco na disputa que mantem quanto ao querer cada qual ser o chefe da igreja. Por carta de Marcellino Antonio sei que está firme. Estou a escrever os artigos do programma de governo⁴⁵.

István Jancsó protestou que «esse documento nunca foi localizado, e é geralmente aceito que nunca tenha existido»⁴⁶. Por Francisco Borges de Barros não dar indicações positivas de onde encontrou esse documento, o mesmo foi, posteriormente, visto com suspeitas, mas sem qualquer exame do seu conteúdo. Além disso, Luiz Henrique Dias Tavares afirma, ainda, que «nada indica que o signatário [desse bilhete] fosse José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairú»⁴⁷. Assim, mesmo que esse documento fosse localizado em algum arquivo, outro «Silva Lisboa» poderia tê-lo redigido, não sendo necessariamente seu autor o futuro Visconde de Cairú. É preciso ler as entrelinhas do controverso bilhete.

O escrivão Domingos da Silva Lisboa, por exemplo, foi o primeiro implicado no processo dos Alfaiates. Consta nos Autos da Devassa que foram apreendidos com Domingos quatro cadernos manuscritos que continham discursos anti-religiosos. Tratava-se de pouco mais das três primeiras seções do longo capítulo 22 de *As ruínas ou meditações sobre as revoluções dos impérios* (1791), o antepenúltimo da obra, intitulado «Origem e filiação das idéias religiosas», no qual Volney –nome literário de Constantin-François Chasseboeuf (1757-1820)– conduz seu argumento à questão central do papel que a intolerância e o fanatismo gerados pelas religiões exercem na derrocada dos impérios⁴⁸.

⁴⁵ Borges de Barros, 1922: 21. Ruy, 1942: 70-71.

⁴⁶ Jancsó, 1996: 191.

⁴⁷ Dias Tavares, 1960: 34.

⁴⁸ *Autos*, 1998, vol. 1: 82, 93 e 100. Do «Auto de apreensão» dos bens de Domingos da Silva Lisboa, constam «uma caixa grande, já velha, e dentro dela bastantes livros e alguns desencadernados, [...] uma estante de pés com cento e setenta e nove livros grandes e pequenos de vários autores, setenta e sete livros que ficam em cima da espreguiçadeira de vários autores e

Não parece, contudo, que tivesse a competência necessária para escrever um programa de governo.

Um rico negociante de Salvador, Antonio da Silva Lisboa, acreditava Affonso Ruy, seria o signatário do bilhete⁴⁹. Este nasceu em 1746 e em 1797 era Administrador Geral dos Contratos dos Dízimos Reais da Bahia, morador no Largo da Quitanda de São Bento. Não é certo que tenha parentesco com José da Silva Lisboa, mas André Mansuy Dinis Silva afirma que aquele homem de negócios era irmão de Cairú. Segundo uma carta de Dona Gabriela de Sousa Coutinho, esposa do Ministro D. Rodrigo, a 27 de dezembro de 1808, de «o marquês de Belas (...) protegeu um homem de muito mérito (José da) Silva Lisboa, deu-o a conhecer ao príncipe, disse-lhe que o devia levar consigo, fazê-lo lente de uma nova cadeira de economia política». O marquês de Belas, protetor de Cairú, circunstancialmente se encontrava hospedado na casa de Antonio da Silva Lisboa⁵⁰. Segundo Tomás Antonio Vila Nova, num documento publicado por João Capistrano de Abreu, foram José da Silva Lisboa e Antonio da Silva Lisboa que, juntos, articularam a abertura dos portos em janeiro de 1808. Em 1811, compôs, novamente ao lado de José da Silva Lisboa, sob a presidência do Conde de Aguiar, a Real Junta de Comércio no Rio de Janeiro⁵¹. Antonio da Silva Lisboa era um comerciante influente, mas não há indícios que tivesse capacidade para escrever um programa de governo para a Conjuração de 1798.

Na Bahia, o único dos Silva Lisboa que possuía a formação jurídica, a prática da administração pública e o conhecimento necessário para escrever um programa de governo seria José da Silva Lisboa, além de seu irmão Baltazar da Silva Lisboa, que em 1798 não se encontrava no Recôncavo baiano, mas em Ilhéus. Apesar da existência da missiva acima não poder ser confirmada em pesquisa arquivística, o exame minucioso do seu conteúdo aponta que não se trata de um documento forjado e que o seu signatário seria, realmente, o Visconde de Cairú.

um de capa de pergaminho ainda em branco com alguns assentos». Essa quantidade excepcional de livros e a falta de registro de seus respectivos títulos e autores levantam a suspeita de que não se tratavam de impressos, mas, como indica o de capa de pergaminho, livros de contabilidade ou algo semelhante.

⁴⁹ Ruy, 1942: 118. Ruy pensava que Borges de Barros possivelmente se equivocara na leitura do depoimento do soldado Ignácio Pimentel, um dos acusados, no qual é citado o nome Silva Lisboa.

⁵⁰ Dinis Silva, 2006: 209-210. *Requerimento do professor de Língua Latina na Bahia*, Bahia, 22 de novembro de 1797, AHU, Bahia, Eduardo de Almeida Castro, caixa 221, anexo nº. 12 ao doc.15429.

⁵¹ *Almanaque...*, 1811.

Primeiro, a afirmação de que «Por carta sei que Marcelino Antonio está firme». O nome de Marcelino Antonio passou despercebido por todos os historiadores da Conjuração. Seu nome de batismo é Marcelino Antonio de Sousa, e a referência a ele não poderia ser extraído dos *Autos da Devassa*, pois o mesmo não fora sequer mencionado neles e, portanto, seu nome não consta no conjunto documental editado, em dois volumes, pelo Arquivo Público do Estado da Bahia em 1998. A documentação que o envolveu, apesar de ser também julgada pelo Tribunal da Relação da Bahia, tramitou pelo Conselho Ultramarino, onde permanece manuscrita. As acusações contra Marcelino de Sousa e Cipriano Barata tramitou também pelo Santo Ofício de Lisboa⁵².

Antes da publicação dos manifestos subversivos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho havia recebido em Lisboa uma carta do padre José da Fonseca Neves, datada de 3 de maio de 1798, que acusava o cirurgião Cipriano Barata e o músico Marcelino Antonio de Sousa, ambos assistentes na freguesia de Nossa Senhora do Monte e lavradores de cana nos engenhos de Inácio de Siqueira Bulcão, partidários de «um sistema contrario ao decoro geral e ao de Jesus Christo e de sua Majestade». José da Fonseca Neves afirmou ainda que ambos «erão homens faltos de Religião, e de Vassalagem, destituídos daqueles verdadeiros principios que deve seguir hum bom vassalo». O Arcebispo D. Antonio Correa, em carta a D. Rodrigo, considerou Cipriano «um libertino» e já havia ordenado a prisão dele antes mesmo das informações enviadas pelo Ministro, mas:

Pelo que toca a Marcelino Antonio de Souza, devo dizer a V. Ex.^{cia} que o conhecimento muito bem, vivendo atégora da Arte da Muzica em q he perito, sem que a minha presença chegassem queixas contra elle, nem a respeito de soltura da lingua, nem de falta de Religião, comportando-se antes com muito bom procedimento conceito que mereceo geralmente a todos que o conhecem, e sem embargo de ser homem pardo, posto que de côr bastantemente desfarçada, sem alguma consternação naquelas cazas em que tem entrada⁵³.

No conjunto de documentos do Arquivo Ultramarino, há um requerimento escrito pelo próprio Marcelino de Sousa para «se defender das intrigas do Padre José da Fonseca Neves». Há, também, algumas certidões passadas por figuras de relevo da Bahia que se apressaram em defender o músico pardo⁵⁴.

⁵² *Sumário de Cipriano José Barata de Almeida e Marcelino Antonio de Sousa* (05.06.1798 - 26.09.1800), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal), Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 13865.

⁵³ *Offício do Arcebispo D. Fr. Antonio Correa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, Bahia, 23 de março de 1799, AHU, Bahia, Bahia. Catálogo Eduardo Castro, caixa 48, documento 19.222,

⁵⁴ *Requerimento de Marcellino Antonio de Sousa*, AHU, Bahia, Bahia. Catálogo Eduardo Castro, caixa, 113, documento 22.250. S /d.

Inclusive, uma certidão do Governador D. Fernando José de Portugal, seguida por outra assinada pelo próprio José da Silva Lisboa⁵⁵. Essa certidão comprova que Marcelino Antonio de Sousa e José da Silva Lisboa não apenas se conheciam, como trataram de negócios públicos comuns.

O coronel José Ignacio Accioli de Vasconcelos Brandão testemunhou que Marcelino Antonio de Sousa «tem franco acesso no Palácio do Illustrissimo e Excelentissimo Governador e Capitão desta Capitania e igualmente em todas as cazas principaes»⁵⁶. Isto leva a outra questão controversa e implícita na carta supra, que é a suposta participação de D. Fernando José de Portugal na Conspiração. Seria ele «o chefe da republica bahiana» a quem a carta de Silva Lisboa fazia referência? É de estranhar que D. Rodrigo, mesmo com o apelido de «Relógio Adiantado», soubesse do que se passava na Bahia antes mesmo do Governador. Aliás, por que os delatores fizeram as denúncias a um ministro em Lisboa e não ao governador residente em Salvador, sendo que para falar com este bastava se dirigir ao palácio de governo?

Manuel Faustino dos Santos, o Lira, delatou que «o Governador seria o Presidente do mesmo governo de igualdade, e que se devia conservar as Pessoas de Letras e tudo pertencente a Religião por Política a fim de evitar huma guerra civil»⁵⁷. Um dos denunciantes da conspiração, o pardo forro Joaquim José da Veiga que parte do plano consistia em «constranger (...) o Governador (...) a seguir esta mesma facção, e no cazo de rezistência mata-lo»⁵⁸. Segundo o escravo pardo José Felix da Costa, os escravos da casa do Secretário de Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque murmuravam que o Governador «Sabe disso, e convem; porem não quer que se saiba». Outro denunciante, Joaquim José de Santa Anna, afirmou que ouvira falar do envolvimento de «pessoas circunstanciadas», e que o Governador «seguio o mesmo partido da dita rebelião», chegando a perguntar: «Que fazem esses malditos povos, que já se não levantarão? Para quando se guardão?»⁵⁹. Óbvio que todas as testemunhas negaram crédito aos boatos que envolviam o nome do Governador.

No dia 22 de agosto, depois da prisão de alguns dos acusados, uma mulher achou duas cartas no interior da igreja de Santa Teresa, as quais foram enviadas pelo Prior, Frei José do Monte Carmelo ao Governador, Dom Fernando José de Portugal. Uma, endereçada ao governador, proclamavam-no Presidente do Su-

⁵⁵ *Atestados do Governador D. Fernando José de Portugal e do professor José da Silva Lisboa*, Bahia, 28 e 30 de junho de 1800, AHU, Bahia, Eduardo Castro de Almeida, caixa, 113. docs. 22.251 e 22.252.

⁵⁶ AHU, Bahia, Catálogo Eduardo Castro, caixa 113, documento 22.256.

⁵⁷ *Autos...*, 1998, vol. 2: 672 e 673.

⁵⁸ *Ibidem*: 911.

⁵⁹ *Ibidem*: 914 e 925.

premo Tribunal da Republica. A outra, dirigida ao Prior, dizia tê-lo escolhido, em plebiscito de 19 daquele mesmo mês, para general em chefe da Igreja Bahiense.

Em Lisboa, contudo, D. Rodrigo de Sousa Coutinho desconfiava de que D. Fernando José de Portugal pudesse estar ligado aos conspiradores bahienses. A carta que o Ministro o enviou a 14 de outubro, além de apontar Francisco Agostinho Gomes como suspeito, deu apenas duas opções ao Governador:

Repito novamente a V.^aS.^a de ordem de S. Magestade que premio e castigo são dois pólos sobre que estriba toda a maquina politica, e que no momento presente toda a vigilancia contra os máos hé indispensavel e absolutamente necessária, e que V.^aS.^a será responsavel de toda a frouxidão que houver na exacção destas reaes ordens⁶⁰.

O bilhete de Silva Lisboa para Cipriano Barata menciona a disputa entre dois frades para a chefia da Igreja Bahiense. Quem seriam Fr. José e Fr. Francisco? A primeira pista estava na casa de Domingos da Silva Lisboa, onde foram confiscados papéis que apontavam o Prior dos carmelitas descalços como chefe da Igreja. O Prior era Fr. José do Monte Carmelo (1797-1799), autor de um relato dos últimos dias dos quatro condenados à pena capital, que foi publicado por Luís Henrique Dias Tavares⁶¹.

O professor de Rio de Contas mencionado na carta é Francisco Moniz Barreto de Aragão. A este filho de uma nobre família do Recôncavo liga-se a misteriosa figura de «hum moço de Pernambuco, chamado Jozé Porphirio». Esse pernambucano teria sido o responsável por divulgar cópias das quadras à Igualdade e Liberdade, escritas por um frade carmelita, entre os conjurados:

Igualdade e liberdade
No sacrario da razão
Ao lado de sã justiça
Preenchem o meo coração.

Os desembargadores da Relação da Bahia não se preocuparam em averiguar as acusações contra José Porfírio. Os historiadores da conspiração de 1798 demonstraram dúvidas sobre sua real existência. Caso tivessem investigado, poderiam ter conhecimento de que o capitão José Porfírio de Freitas estava envolvido nas conspirações que tiveram lugar na Capitania de Pernambuco em 1817⁶².

⁶⁰ Borges de Barros, 1922: 14-15.

⁶¹ Dias Tavares, 1975: 121-137; 2003: 73-74.

⁶² *Autos...*, 1998, vol. 2: 891. *Requerimento do capitão José Porfírio de Freitas por seu procurador José Francisco da Silva ao príncipe regente D. João pedindo licença para que o suplicante e o seu caixeiro, o capitão Tomás Antônio Pimentel, possam usar armas brancas e de fogo no sertão da capitania de Pernambuco*, 9 de março de 1803, AHU, Pernambuco, caixa 241, documento 16.173. O «moço de Pernambuco» chamado José Porfírio existe e estava na Revolução Pernambucana de 1817.

Mas foi outro pernambucano quem ligou o nome de Francisco Moniz Barreto ao de José da Silva Lisboa. O professor de gramática latina declarou, diante dos desembargadores, que o Dr. Antonio Álvares de Figueiredo lhe emprestara uma cópia manuscrita de *As Ruínas*, de Volney, apreendida junto com outros manuscritos em sua residência⁶³. Um detalhe das ligações familiares do referido Doutor passou despercebida por todos os historiadores da Conspiração de 1798. O pernambucano Antonio Álvares de Figueiredo, falecido a 22 de abril de 1797, era o pai de Anna Francisca Benedicta da Silva Lisboa, esposa de José da Silva Lisboa⁶⁴. Isto confirma que pessoas da casa de Silva Lisboa mantiveram contato com os principais articuladores da Conspiração dos Alfaiates, inclusive divulgando manuscritos com ideais revolucionários francófilos.

Para terminar a análise da controversa carta apresentada por Borges de Barros, não restam dúvidas de que José da Silva Lisboa e Cipriano Barata, seu destinatário, se conheciam há muitos anos e nutriam ressentimentos pessoais de longa data. Um comentário feito por Cipriano Barata, trinta e três anos depois da Conspiração dos Alfaiates, portanto em 1831, dá uma idéia desse ressentimento:

eu conheci como as palmas das minhas mãos, entre os fidalgos modernos, um Visconde que até a idade de 22 anos andou com casaca de cotovelos rotos, botões caídos e chapéu casquete, e às vezes de vestes de ganga rotas e chinelos, o qual depois de vários lances da fortuna e traições à Pátria fizeram chibantão; e o pai deste, até vinte anos nunca teve sapatos; sua camisa e calça eram de aniagem e rota; e em lugar de chapéu servia um pedaço de bamba-querê atado na cabeça, o qual também lhe fazia às vezes de lenço; e era ajudante e remador de uma canoa de pescar tainhas; e um irmão dele e tio daquele, todo esfarrapado, tomava esmolas na portaria de São Francisco e trazia atrás de si os moleques, que o apupavam, etc.⁶⁵.

Em meio ao discurso inflamado do Dr. Barata, permanece a dúvida de quais teriam sido as «traições à Pátria» perpetradas pelo Visconde de Cairú. Seja qual for o significado histórico das «traições» de Silva Lisboa, o fato é que o autor do *Flores Celestes* também afirmar ter cometido traições, sem indicar qualquer sentido político específico a elas:

⁶³ *Autos...*, 1998, vol. 2: 891.

⁶⁴ *Requerimento de D. Isabel Antonia de Figueiredo e suas filhas D. Anna Francisca Benedicta da Silva Lisboa, casada com José da Silva Lisboa, e D. Maria Rita Justiniana de Figueiredo Gaio, viúva de João Machado Gaio, no qual pedem a justificação de serviços de seu marido e pae o advogado Antonio Álvares de Figueiredo*, AHU, Bahia, Catálogo Eduardo Castro, documentos 21.112 e 21.131-21.136.

⁶⁵ “Cipriano Barata. Sentinela da Liberdade do quartel-general do Pirajá”, *hoje presa na guarita de Villegagnon no Rio de Janeiro*, n.º. 27, 17 de dezembro de 1831.

VI

Eu fui, meu Jesus, o Judas,
 Que com o beijo de paz,
 Pela ambição do dinheiro,
 Vos entreguei a Caifaz;

VI

Sou quem da infame torpeza
 Andou sempre atado ao carro,
 Perverteo, sendo vil barro,
 A ordem da natureza:
 Sim, não rebuço a vileza
 Do meu coração impuro,
 Pois com génio máo, e duro
 Ao terno de vosso Amor,
 Eu fui qual Judas traidor
 Tão desleal, e perjuro⁶⁶.

Outro ponto que parece comum a alguns homens que tomaram parte na Conspiração de 1798 é que professavam as confissões reformadas de Lutero e Calvino. Isso foi percebido por Luís Henrique Dias Tavares, quando alterou a disposição das estrofes de um poema apreendido aos partidários do movimento de 1798. Segundo Dias Tavares «O texto permite duas leituras. Lendo-se na horizontal é uma declaração de fé no catolicismo reformado. Lendo-se a primeira coluna na vertical é uma afirmação da fé católica e uma negação da reforma de Lutero»⁶⁷.

O autor do *Flores Celestes* também aproximou-se dos ensinamentos dos reformadores religiosos do século XVI, particularmente de Lutero e Calvino:

V

Bem sei que com desatino
 Vossos preceitos quebrei,
 Té agora incauto observei
 Os systemas de Calvino:
 Confesso sempre férino
 Solicitei vosso agravo
 Que fui qual Luthero bravo
 Que vossas Leis transgredio,
 Q'ingrato de Vós fugio
 Sou, meu Deos, aquelle escravo⁶⁸.

⁶⁶ Sol Posto, 1807: 38 e 45.

⁶⁷ Dias Tavares, 2003: 71.

⁶⁸ Sol Posto, 1807: 44.

XCIX

Se bem que agora sou como Palmáchio,
 Então retrato fui de Celerino,
 Porque, como esse infame, e cru Almáchio,
 Segui os documentos de Calvino,
 Da Igreja os Ritos Sacros desdizendo,
 Da Lei, da Fé os Dogmas desfazendo.

CI

Mas se té hoje monstro horrendo, e fero
 Tenho a doutrina só de Ario seguido,
 E a seita infame, e vil do ímpio Luthero,
 Agora como Antrio convertido,
 D' alma o pezar, que o pranto está dizendo,
 De todo hoje expressar a Deos pertendo⁶⁹.

O nome «Sol Posto» é um indicativo de que o autor do *Flores Celestes* ocupara a função de 1º Vigilante numa loja maçônica na Bahia em fins do século XVIII e início do XIX. Desde os anos de 1780, José da Silva Lisboa afirmava que «seria vantajoso o estabelecimento de huma sociedade litteraria, em que fossem membros todos os proprietarios de terras deste paiz, os mais inteligentes, e além d'isto todas as pessoas curiozas e amantes do bem publico»⁷⁰. Em fins do século XVIII, o limite entre agremiações literárias e sociedades iniciáticas, como a maçonaria, era muito tênue. Há notícias de duas lojas estabelecidas na Bahia antes de 1807.

O historiador baiano Francisco Borges de Barros afirmou, em 1922, que no ano de 1797 foi estabelecida na Ponta da Barra a Loja Cavalheiros da Luz, responsável por articular uma fracassada tentativa de conjuração⁷¹. Borges de Barros, Diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia e Grão-Mestre maçom, também não indicou a documentação que utilizara para afirmar isto. Kátia Mattoso, Luís Henrique Dias Tavares e István Jancsón, tentaram sem sucesso confirmar a existência de uma Loja Cavalheiros da Luz fundada na Bahia. Uma denúncia feita pelo escravo José Felix da Costa revela, entretanto, «que naquela noite (de 25 de agosto) se achasse no Terreiro de Jezus; onde haviam de estar os mais da Sociedade que erão oitenta, bastantes para a empreza intentada»⁷².

⁶⁹ *Ibidem*: 173.

⁷⁰ *Carta particular de José da Silva Lisboa para Martinho de Mello e Castro, em que lhe patenteia o seu reconhecimento pela protecção*, AHU, Bahia, Eduardo de Almeida Castro, doc. 14.475.

⁷¹ Borges de Barros, 1922a: 21.

⁷² *Autos...*, 1998, vol. 2: 927.

É conhecido que José Silva Lisboa estabelecera relações intelectuais com figuras da maçonaria, a exemplo do fluminense Antonio de Moraes Silva, que foi enquadrado nas inquisições de Coimbra e Lisboa com a suspeita de ser pedreiro-livre, sendo o responsável por emprestar a Silva Lisboa, em 1796, um exemplar (ou uma tradução para o português) da obra *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, de Adam Smith, publicado originalmente, em 1776⁷³. A leitura de Adam Smith despertou nele um vivo entusiasmo pelo liberalismo econômico, ao qual aderiu tão irrestritamente que se tornou o seu mais conhecido propagandista em língua portuguesa do século XIX.

A 5 de julho de 1802, quatro anos após a Conjuração dos Alfaiates, foi criada a Loja Virtude e Razão⁷⁴. O comerciante e maçom inglês Thomas Lindley, quando ancorou na Baía de Todos os Santos, a 27 de setembro de 1802, escreveu uma carta a Antonio da Silva Lisboa, demonstrando ter ligações com membros dessa família. Preso por suspeitas de contrabando, Lindley narrou a sua fuga auxiliado por maçons da Virtude e Razão:

We now parted with those valuable friends who had thus materially assisted us in a country where their persons and property would have suffered severely had a discovery taken place; who exerted themselves from the purest motives of humanity and benevolence (the grand characteristics of the society to which they are so high an honour [freemasons]), thus forming a strong contrast to their degenerate and unenlightened countrymen. How can I express to them our sincerest, heartfelt, gratitude⁷⁵!

Em agosto de 1803, ocasião em que a fuga de Lindley ocorreu, José da Silva Lisboa estava no Reino. Duas décadas depois, não obstante, quando era inimigo declarado das sociedades maçônicas, condenou aquela ação pretérita por meio da sua verve irônica:

Convém na atual conjuntura bem advertir-se na declaração que fazem ar de ingenuidade (...) dizendo, mui senhor de si, haver escapado da prisão (valha a verdade!) por auxílio de Pedreiros-Livres da cidade da Bahia; acrescentando que os irmãos da Ordem, que lhe deram escapula, ‘procederam pelos mais puros motivos de humanidade e benevolência (grandes características da sociedade a que tinham a honra de pertencer) assim formando forte contraste com os outros seus degenerados e ignorantes»⁷⁶.

Mas se José da Silva Lisboa e seus parentes estavam envolvidos com os indivíduos que tomaram parte nas conspirações de 1798 e 1803; Se, como o

⁷³ Barata, 2006: 60-64.

⁷⁴ Mello, 1922.

⁷⁵ Lindley, 1805: 42 e 208-209.

⁷⁶ Silva Lisboa, 1826: 1.

anagrama Sol Posto indica, ele era pedreiro-livre, como seria possível explicar o ódio que Visconde Cairú desenvolveu contra a maçonaria? Na Constituinte de 1823, ao discursar, posto de joelhos, como exemplo de ato de adoração, Silva Lisboa atacou a maçonaria definindo-a como «uma terrível seita, que blazona de influente e triunfante, e que aliás é difamada de minar o altar e o trono, como é notório ter corrompido, não pouco, o espírito do povo»⁷⁷. Ele tornou público seu ódio quando afirmou que: «Toda a minha querella é contra a seita que fóra da assembléa, affecta dirigir a opinião publica á seus fins sinistros, e contra a qual, pela sua ramificação na Europa, se têm armado as grandes potencias, que têm por si os votos dos mais»⁷⁸. Já em 1812, José da Silva Lisboa afirmou que «execrar revoluções não he defender desgovernos, nem excluir boas leis... Quando o remedio he peor que o mal, até as boas reformas são inuteis, ou nocivas. As revoluções são como os terremotos: tudo arruinão, e nada reparão»⁷⁹.

Se, como os indícios demonstram, José da Silva Lisboa foi partidário das idéias ilustradas e tomou parte na Conjuração dos Alfaiates, na maturidade, após 1810 o Visconde de Cairú passou a combater os ideais revolucionários e as sociedades iniciáticas que os propagavam. Tornou-se um devoto católico fervoroso. Entre José da Silva Lisboa e o Visconde de Cairú está o homem que escreveu o *Flores Celestes*.

4. UMA AUTOBIOGRAFIA

Aceitando a afirmação de que não existe um José Cortez Sol Posto, mas o poeta José da Silva Lisboa, é necessário entender as condições de produção de sua obra, assim como os seus significados implícitos. Cairú foi contemplado com diversas biografias, desde a primeira em 1839, pelo seu filho Bento da Silva Lisboa, até escritas por Alfredo do Valle Cabral (1878) e Tereza Cristina Kirschner (2009). Todas apontaram suas ações ilustradas e suas obras políticas e econômicas. O próprio Cairú gostava de ler biografias e chegou a dizer que «Um dos estudos mais instrutivos e deliciosos é o da biografia». Concluiu esse pensamento com a seguinte questão: «Quem não sente intenso afeto aos heróis que deram dignidade à espécie?»⁸⁰. O *Flores Celestes*, para além de suas confissões, é uma autobiografia do espírito do seu autor.

⁷⁷ Rodrigues, 1974: 107.

⁷⁸ Pinto, 1880: 118.

⁷⁹ Burker, 1812: vi.

⁸⁰ Silva Lisboa, 1825, parte III: 81.

Os livros de Silva Lisboa, mesmo os pragmáticos, foram carregados com simbolismos e significados extraídos de passagens bíblicas ou de autores clássicos. Isto era o que se esperava dos livros de um ex-professor de grego e hebraico, bem como também era um recurso estilístico comum aos autores do século XVIII. Nos textos de Silva Lisboa as referências bíblicas indicam, para além da sua erudição, os sentimentos de honesta devoção.

Tornou-se o mais profícuo escritor brasileiro, sendo superado apenas pelo Padre Antonio Vieira em número de obras publicadas. O emprego da linguagem simbólica e dos signos bíblicos ou clássicos levou seu inimigo José Bonifácio de Andrada a afirmar «Ninguém lê porque ninguém o entende»; Esse foi o destino do *Flores Celestes*, que por mais de duzentos anos permaneceu ignorado pelos literatos, historiadores e, até mesmo, pelos bibliófilos. Sua análise indica, entretanto, que, mascarado sob inocentes poema de caráter sagrado, trata-se de um livro que possibilita múltiplas interpretações. Uma dessas interpretações que se pode fazer acerca do *Flores Celestes* é entendê-lo como um livro de poesias autobiográfico. Seu autor aponta elementos da sua própria vida em meio aos versos e por essa razão justificasse o uso de um pseudônimo.

São memórias íntimas, fragmentadas e reveladoras que transparecem ao longo das linhas dos poemas. As memórias acerca da formação da sua personalidade controversa têm início na sua infância: «E porque logo des d'a meninice /Tudo fingido foi quanto falava»⁸¹. As memórias da juventude do autor também foram resgatadas. Ele revela aos seus interlocutores os problemas que, supostamente na adolescência, teve com os seus progenitores, afirmando que:

O mando Paternal me era insofrível,
O preceito Materno insupportavel,
E nada a seus exemplos attendivel,
Com elles me ostentei sempre intratavel:
Sanguinario, colerico, irascivo,
Soberbo, presumpçoso, ufano, altivo.

Chegou a tanto minha crueldade,
Que contra o Pai humano, que me destes,
Mil vezes conspirei co' a má vontade;
Como Philopator com Ervegestes:⁸².

Um aspecto negligenciado nas biografias do Visconde de Cairú, e apontado apenas por Braz do Amaral, numa conferência em 1935, sem indicar qualquer documento, é que na juventude o estudante José da Silva Lisboa teve proble-

⁸¹ Sol Posto, 1807: 157.

⁸² *Ibidem*: 166.

mas em obedecer à autoridade paterna. Amaral afirmou que, após a morte de um filho destinado à carreira eclesiástica, prática costumaz entre as famílias no período colonial, Henrique da Silva Lisboa desejava que seu filho José toma-se o lugar do falecido irmão. O jovem «não se conformou com isso, do que lhe resultou grave prejuízo, porque o genitor lhe retirou a mesada e José da Silva Lisboa, obrigado pelas necessidades do sustento, vestuário e outras, se viu na contingência de procurar uma casa de penhores, na qual teve que deixar, em garantia do dinheiro de que precisava, a sua carta ou diploma de professor»⁸³. Ainda segundo Amaral, no mês seguinte, após receber seu ordenado, José da Silva Lisboa resgatou o seu título. Isso indica, deste modo, uma relação conturbada entre pai e filho, no qual este último não acatou, para usar uma estrofe do poema, «o mando paterno». Outro irmão de Cairú, Daniel da Silva Lisboa, seguiu a carreira eclesiástica e era o capelão do Convento da Lapa na época da Guerra de Independência da Bahia, em 1822.

O Terceiro Ramallete apresenta um homem dividido entre a razão e a fé. Essa é uma característica do Visconde de Cairú, nos últimos trinta anos de sua vida. O homem que começou sua carreira escrevendo obras sobre direito mercantil e liberalismo econômico, terminou-a escrevendo um *Catecismo da Doutrina Cristã*, em 1832. Segundo é possível inferir do texto, a razão, está subentendida como ideias de inspiração iluminista, que levaram o poeta a se afastar de Deus (ou da Igreja), visto que afirma ter estudado «cruzas oucas» e acreditado em «ideias loucas»:

XVI

Na cegueira do peccado
Té agora tenho vivido,
Das finezas esquecido
D' hum Deos por mim humanado
Sempre estive dominado
Da ociosa preguiça
E d'avarenta cubica;
E desde que a razão vi
As vossas Leis transgredi
Sem temer vossa justiça,⁸⁴.

XIX

Sempre desobedeci
A's vossas Leis, meu Jesus
Logo que a primeira luz
Da razão aos olhos vi
Eu violei, ah! eu rompi

⁸³ Braz do Amaral, 1935: 297-316.

⁸⁴ Sol Posto, 1807: 50.

Os santos preceitos dez,
 Que entregastes a Moysés;
 Sou réo, mereço castigo,
 Mas vede que vosso amigo
 Hoje chego a vossos pés⁸⁵.

XLV

Deste modo assim mal pagos
 Os vossos meigos amores,
 Satisfiz só com rigores
 Os vossos ternos affagos:
 De mil pensamentos vagos
 Dando assenso a idéas loucas,
 Estudei cruezas oucas
 Horas, minutos, instantes,
 Como não sendo bastantes,
 E julgando serem poucas⁸⁶.

O estudo das «idéas loucas» e as confissões do poeta em relação ao «sexto», num tempo em que a Tribunal do Santo Offício português já não mordida, mas ainda arranhava, também justificariam o uso do pseudônimo estampado no livro:

LXXXVI

No sexto Mandamento vos confesso
 Horrores hediondos, culpas feias
 Em tanta quantidade, que conheço
 Não tem o Oceano mais areias
 Estas as vezes são, que obstinado
 Pequei contra o meu Deos Crucificado.

LXXXVII

Que eu fui, qual Salomão, veneno tanto;
 Nos estupros, Jorão luxurioso;
 Adultero, qual Rei Profeta Santo;
 E só me faltou ser incestuoso:
 Passando em torpes, vis distrahimentos,
 Do dia, e noite, instantes, e momentos.

LXXXVIII

Eu me confundo, aterro, assombro, e pejo,
 Em ver qual sou, qual fui ha tantos annos!
 Peccando na vontade, e no desejo

⁸⁵ *Ibidem*: 51.

⁸⁶ *Ibidem*: 64.

Mais bruto, que os lascivos Africanos,
 Por sonhos, fantasias, vagueamentos,
 Por palavras, por obras, pensamentos

LXXXIX

Vós bem sabeis, Senhor, tenho peccado
 No sexto em modos mil, de tal maneira,
 Que em carnal copla tenho-me juntado
 Co' a casada, a viuva, e a solteira;
 Nefando peccador a toda hora,
 Vós bem sabeis, Senhor, fui té agora.

XC

Do Próximo roubei fazenda, e fama,
 A honra, eu murmurei, eu fui picante
 Sua mulher o meu desejo inflamma
 O alheio desejei a todo instante,
 Lascivo fui indomito, doloso,
 Soberbo, avaro, ufano, luxurioso⁸⁷.

Ronaldo Vainfas observou que, durante a colônia, pecar no «sexto», era uma referência aos mandamentos bíblicos, uma corruptela para suavizar a afirmação de pecado sexual. Não respeitando a mulher (ou mulheres) do próximo, o autor do *Flores Celestes* admite que pecou, inclusive, no nefando. O pecado da cobiça também foi registrado nas linhas do poema:

XXIII

O meu genio interesseiro
 Tornou-me ao ser, e figura
 Do avarento da Escritura
 Pela ambição do dinheiro⁸⁸.

Eu vos confesso que sou,
 (Meu Senhor, e meu Jesu Christo)
 O Peccador mais horrivel,
 Que no mundo se tem visto.

Sou, meu Deos, hum monstro horrendo,
 Que engolfado na cubiça
 Pequei, não tem conto as vezes,
 Sem temer vossa Justiça.

⁸⁷ *Ibidem*: 168-170.

⁸⁸ *Ibidem*: 53.

Eu fui, meu Jesus, o Judas,
 Que com o beijo de paz,
 Pela ambição do dinheiro,
 Vos entreguei a Caifaz⁸⁹;

Pelo menos um dos mandamentos o autor do *Flores Celestes*, de fato, não violou:

Homicida não fui corporalmente,
 Porém no esp'ritual tenho matado⁹⁰.

Considerando todas essas afirmações como uma confissão das práticas cotidianas do autor do *Flores Celestes*, revela-se o perfil de um homem que, aos 50 anos, demonstrou o desejo de transformar sua própria vida.

Quanto à autoria dos poemas pela pena de José da Silva Lisboa, vale salientar que o mesmo foi, à sua época, o autor brasileiro que mais recorreu ao uso de pseudônimo ou do anonimato em suas publicações. Filopatrís, Um Cidadão, Fiel à Nação, Jurista, Imperialista Firme, Matuto, Anti-Anarquista, Escandalizado (sic), são alguns exemplos disso⁹¹. Nesse conjunto entraria Cigano da Bahia e o anagrama de Sol Posto. O historiador Hélio Viana lhe atribuiu autoria do *Despertador Brasiliense* e, recentemente, o bibliófilo José Augusto Bezerra revelou que a tradução da *Notícia Historica da Vida e das Obras de José Haydn*, impresso em 1820, foi realizada pelo Visconde de Cairú, demonstrando seu conhecimento de música⁹². É possível que apareçam outros livros e panfletos que possam ser atribuídos à Silva Lisboa.

Apesar das biografias escritas desde a primeira metade do século XIX, muitos aspectos da vida de José da Silva Lisboa, particularmente, antes de 1808, permanecem obscuros. Sua personalidade é mais complexa e controversa do que seus primeiros biógrafos poderiam imaginar. Devoto de ideias iluminista, na juventude, tornou-se devoto católico na maturidade. O *Flores Celestes* é a chave para compreender as transformações que ocorreram no pensamento de José da Silva Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

Almanaque da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1811.

⁸⁹ *Ibidem*: 37 e 38.

⁹⁰ *Ibidem*: 167.

⁹¹ Andrade, 1999: 38, 89, 100, 102, 124, 156, 192 e 259.

⁹² Bezerra, 2010: 189-191.

- Almeida, Manuel Lopes de (ed.), *Notícias históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1966.
- Andrade, Adriano da Guerra, *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999.
- Attendendo ao que por seu requerimento Me apresentou o Administrador da Impressão Regia Simão Thaddeo Ferreira, em que pedia lhe aceitasse a dimissão daquelle. Emprego pelo julgar superior ás suas forças: Hei por-bem aceitar-lhe a dita dimissão; Ordenando ao Director Geral que proceda immediatamente a tomar conta ao sobredito Simão Thaddeo Ferreira de todos os objectos, que estavam a seu cargo.* †Palacio de Queluz, 5 de Abril, 1803, Lisboa, Impressão Régia, 1803.
- Autos da devassa da Conspiração dos Alfaiates*, Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo / Arquivo Público do Estado, 1998.
- Barata, Alexandre Mansur, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & independência do Brasil, 1790-1822*, Juiz de Fora/São Paulo, Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006.
- Berbert de Castro, Renato, *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações: tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1811-1819*, Bahia, Imprensa Oficial, 1968.
- Bezerra, José Augusto, Schwamborn, Ingrid (orgs.), *Joseph Haydn na Corte Real do Rio de Janeiro (1816-1822)*, Fortaleza, Editora UFC, 2010.
- Borges de Barros, Francisco, *Os Confederados do Partido da Liberdade*, Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1922.
- Braz do Amaral, Antonio, “Conferência de Braz do Amaral sobre o Visconde de Cairu”, *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, V/170 (Rio de Janeiro, 1935): 297-316.
- Burker, Edmund, *Extractos das obras politicas e econômicas de Edmund Burker por José da Silva Lisboa*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1812.
- Costa e Silva, Cândido da, *Os Segadores e a Messe: O clero oitocentista na Bahia*, Salvador, EDUFBA, 2000.
- Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, Brasília, Senado Federal, 1973, vol. 3.
- Dias Tavares, Luís Henrique, *O Movimento Democrático Baiano de 1798*, Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1960.
- Dias Tavares, Luís Henrique, *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798*, São Paulo, Pioneira, 1975.
- Dias Tavares, Luis Henrique, *Da sedição de 1798 à revolta de 1824*, Salvador / São Paulo, EDUFBA / UNESP, 2003.
- Dinis Silva, Andrée Mansuy, *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbekian, 2006.

- Dutra, José Soares, *Cairú*, Rio de Janeiro, Vecchi, 1943.
- Figueiredo, Joaquim Gervásio de, *Dicionário de Maçonaria*, São Paulo, Editora Pensamento, s/d.
- Francisco da Silva, Innocencio, *Diccionario bibliographico portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.
- Garibald, M. L., *Dossiê da Maçonaria*, São Paulo, Universo dos Livros, 2007.
- Ginzburg, Carlo, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo, Cia. das Letras, 2003.
- Honório Rodrigues, José, *A assembléia constituinte de 1823: obra publicada sob os auspícios da Câmara dos Deputados, em comemoração ao sesqüicentenário da instalação do poder legislativo no Brasil (1823-1973)*, Brasília, 1974.
- Ipanema, Marcello dee Ipanema, Cybelle, *A Tipografia na Bahia: Documentos sobre sua origem e o empresário Silva Serva*, Rio de Janeiro, Instituto de Comunicação Ipanema, 1977,
- Jancsó, István, *Na Bahia contra o Império: História do ensaio de Sedição de 1798*, São Paulo / Salvador, HUCITEC/EDUFBA, 1996.
- Kischner, Tereza Cristina, *José da Silva Lisboa: Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*, São Paulo/ Belo Horizonte, Alameda/PUC-Minas, 2009.
- Lindley, Thomas, *Narrative of a voyage to Brasil terminating in the seizure of a british vessel, and the imprisonment of the author and the ship's crew, by the portuguese: with general sketches of the country, its natural productions, colonial inhabitants, &c. and a description of the city and provinces of St. Salvadore and Porto Seguro*, London, printed for J. Johnson, 1805.
- Maciel, Manoel Almeida, *Emmanuelis Almeidae Macielii in gymnasio Bahiensi regii philosophiae professori habita postrie Kal. Martu*, Olisipone, Typographia Regia, 1775.
- Maciel, Manuel de Almeida, *Sermão em acção de graças pelos felices desposorios dos serenissimos senhores D. José, e D. Maria Francisca Benedicta, Principes da Beira, prégado na Sé Metropolitana da Bahia em o dia 15 de Agosto de 1777, tendo celebrado a missa... D. Joaquim Borges de Figueiroa, Arcebispo Metropolitano do Brazil / pelo padre Manoel de Almeida Maciel, Mestre Escola da mesma Sé*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777.
- Mello, Mário C. do Rego, "A maçonaria no Brasil", Octaviano Bastos (org.), *Livro Maçônico do Centenário*, Rio de Janeiro, Grande Oriente do Brasil, 1922: 190-200.
- Moraes, Rubens Borba de, *Bibliographia Brasiliana*, Los Angeles, UCLA, Kosmos, 1983.
- Pinto, H. J., *Annaes do Parlamento brasileiro, Assembléa Constituinte 1823*, Rio de Janeiro, 1880.

- Rodrigues, José Carlos, *Bibliotheca brasiliense: Catalogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos*, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1907.
- Ruy, Afonso, *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.
- Sacramento Blake, Augusto Victorino Alves, *Diccionario bibliographico brasileiro*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1898.
- Silva Lisboa, José da, *Principios de economia política: para servir de introdução a tentativa econômica do Author dos Principios de Direito Mercantil*, Lisboa, Impressão Régia, 1804.
- Silva Serva, Manuel Antonio da, *Noticia do Catalogo de Livros, que se achão a venda em Casa de Manoel Antonio da Silva Serva na Rua de S. Pedro n.17 o qual por hum commodo preço, como abaixo declara, attendendo a demorar-se muito pouco tempo nesta Corte*, Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1811.
- Silva, Antonio de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos*, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.
- Silva Lisboa, José da, *Constituição Moral e Deveres do Cidadão*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1825, parte III.
- Silva Lisboa, José da, *Introdução à História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Imperial e Nacional, 1826.
- Sol Posto, José Cortez, *Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo, Deus e homem verdadeiro*, Lisboa, Of. De Simão Thaddeo Ferreira, 1807.
- Trindade, Bento da, *Sermão pregado na igreja paroquial de N. Senhora da Conceição da Praia, na Cidade da Bahia, na festividade, que celebrou o corpo do commercio, presidido pela meza da inspecção de graças pelo feliz nascimento da Serenissima Senhora Princeza da Beira. Pelo R. P. Doutor Fr. Bento da Trindade, Eremita Descalço de Santo Agostinho*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1794.

Fecha de recepción: 1 de septiembre de 2011.

Fecha de aceptación: 10 de enero de 2012.

Flores Celestes (1807):
El libro secreto de José da Silva Lisboa, vizconde de Cairú

En este artículo se investiga el origen de un misterioso y pequeño libro titulado Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo, escrito por el enigmático poeta bahiense José Cortez Sol Posto, también conocido como Cigano da Bahia. La investigación muestra que, bajo el pretexto de la poesía piadosa, se esconden las confesiones de uno de los personajes más importantes de la historia de Brasil en el siglo XIX.

PALABRAS CLAVE: *bibliografía brasileña; Conspiración de los Alfaiates; Vizconde de Cairú.*

Flores celestes (1807):
The secret book of José da Silva Lisboa, viscount of Cairú

The present article investigates the origins of a mysterious little book intitled Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo, of authorship of the enigmatic bahiense poet Jose Cortez Sol Posto, also known as Cigano da Bahia. The inquiry demonstrates that, under the layer of merciful poetries, the confessions of one of the most representative personages of the History of Brazil in century XIX are hidden.

KEY WORDS: *bibliography brasiliana; Conspiracy of the Tailors; viscount of Cairú.*
